

Assunto: Aniversário da juíza Marylúcia Feitosa	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção/Repórter: JOÃO ALBERTO
Página: D3	Data: 28/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

aniversariantes

Antônio Carlos Maranhão de Aguiar, Bruno Monteiro, Eurico Didier Filho, Gustavo Belarmino, Gustavo Maranhão, José Mário Galvão, Lúcia Helena Milet, Luiz Falcão Júnior, Marcílio Kater, Maria de Lourdes Maciel, Marylúcia Feitosa, Paulo Muniz Filho, Regina Gaudêncio Pessoa de Melo, Valéria Nicéas e Vítor Teixeira.

Assunto: Professores do Recife se reúnem com secretário	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter: RÁPIDAS
Página: 10	Data: 28/06/2014

jornal do  commercio

➔ **rápidas**

Professores do Recife se reúnem com secretário

Professores da rede municipal do Recife, que encerraram a greve na última quinta-feira, devem retomar hoje as negociações com o secretário de Educação, Jorge Luís Miranda. A categoria reivindica a implantação da aula-atividade, o Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração e a devolução dos dias descontados durante a greve. A paralisação dos seis mil docentes durou dez dias e deixou pelo menos 90 mil alunos sem aula, em 323 escolas e creches da cidade. A Justiça considerou o movimento ilegal e a prefeitura disse que só negociaria após a volta ao trabalho.

Assunto: No batente... aos sábados	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter: JC NAS RUAS
Página: 4	Data: 27/06/2014

jornal do commercio

No batente...

Para atingir as metas do CNJ, integrantes das Câmaras Extraordinárias Cível e Criminal darão expediente aos fins de semana. Composta por três desembargadores, cada câmara funcionará em regime de mutirão por um período de 90 dias.

...aos sábados

O TJPE deve julgar, até o fim do ano, 80% das 2.529 demandas existentes. São 1.230 processos cíveis, 828 criminais, 380 fazendários e 91 de competência da Corte Especial ou Pleno. A composição das câmaras extraordinárias será pelo critério da antiguidade.

Assunto: TAP na berlinda – decisão judicial	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: ECONOMIA	Seção/Repórter: diário econômico
Página: B16	Data: 27/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

TAP na berlinda

Assim como os preços das passagens aéreas, a qualidade dos serviços prestados pelas companhias do setor caem em igual proporção. Na era dos pacotes de amendoim e da Airbus registrando patente de assento que parece de bicicleta, não é de se estranhar que as empresas venham recorrendo ao famoso "jeitinho" para acomodar seus passageiros. Uma delas é a portuguesa TAP, que tem feito do overbooking uma prática constante no voo Recife-Lisboa. Isto é, vende mais passagens do que poltronas disponíveis. Basta lembrar que os constantes cancelamentos e atrasos levaram o Procon Pernambuco a proibir, em junho, a companhia de comercializar passagens por cinco dias. Desde o início do ano, o órgão recebeu 79 queixas contra a empresa. Infelizmente, até agora, pouca coisa mudou. Para dar conta do recado, a TAP tem recorrido ao fretamento de aeronaves de concorrentes e terceirizado a equipe de bordo – já teve gente até da Ucrânia pousando no Aeroporto dos Guararapes –, o que é interpretado como má-fé pelos clientes. Uma leitora da coluna reclama que a mãe ficou tão sismada com o imprevisto de um voo com destino à capital pernambucana, na semana passada, que preferiu pegar a aeronave que ia para Natal. A proposta era embarcar em um avião de empresa *low-cost*, apesar de o bilhete ter sido vendido como TAP. Decidiu enfrentar quatro horas de carro na volta para casa e bancar os custos extras. No início da semana, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) informou que a companhia foi condenada a pagar R\$ 96 mil a uma família que teve a bagagem extraviada. Pelo jeito, a empresa que concentra 30% de sua receita no Brasil não vem dando valor ao mercado que tem.

Assunto: Para a dor de cabeça ficar longe

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: ECONOMIA

Página: B12

Seção/Repórter:

Data: 27/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Para a dor de cabeça ficar longe

Vai usar o seu imóvel como entrada para um novo? Então fique atento. Ou você pode acabar com a dívida do novo proprietário. E um rombo no bolso

ROCHELLI DANTAS
rocheilidantas.pe@dabr.com.br

Sair de um imóvel pequeno para um maior. Ou de um antigo para um novo. São planos que, para se tornar realidade, podem contar com uma prática antiga: dar como entrada o imóvel antigo. Na teoria, esta é uma operação simples. Na prática, é algo que requer muito cuidado e um levantamento de uma série de documentos. Tudo para evitar dores de cabeça com tarifa de luz, carnês de IPTU ou taxa de bombeiros se o novo proprietário do seu antigo imóvel deixar de pagar as contas e impostos no futuro.

A partir do momento que o imóvel é transferido, seja ele para pessoa física ou jurídica, todos os débitos (futuros) do imóvel passam a ser do novo dono. Se a dívida for antiga, o antigo proprietário é o responsável. E aí vale um aviso: tudo isso precisa estar em contrato.

"O contrato assinado com ambas as partes precisa ter uma cláusula constando que no ato da venda foram apresentadas todas as documentações comprobatórias de que não havia débitos referentes ao imóvel. Caso essa cláusula não seja incluída, o antigo

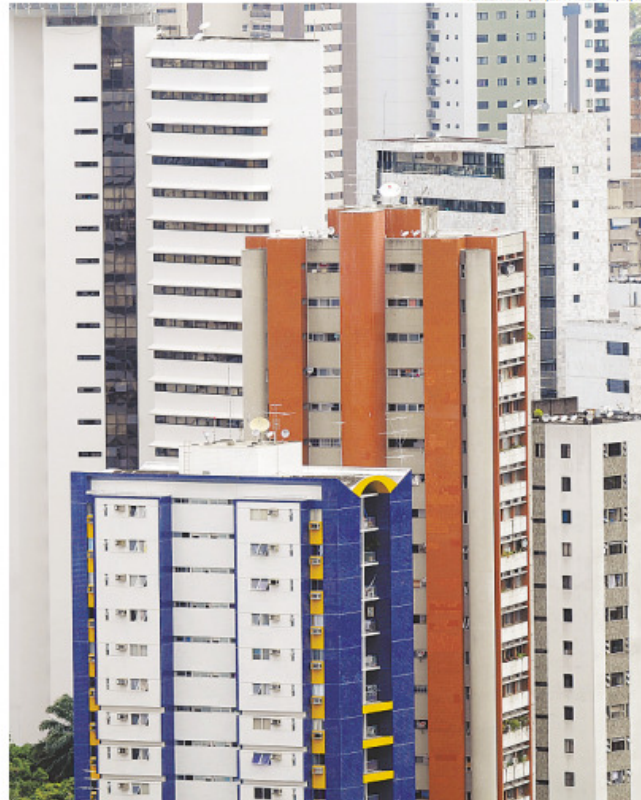
morador corre o risco de ter que pagar uma possível cobrança posterior", diz a juíza auxiliar do Extradjudicial da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Fernanda Chuahy.

De acordo com a juíza, antes de assinar o contrato, é preciso ter em mãos as certidões negativas de dívidas com impostos e taxas, referentes a três esferas judiciais. "O primeiro passo é a busca da certidão da matrícula do imóvel junto a um cartório. Neste documento consta a matrícula, uma espécie de CPF daquele bem, e o histórico do imóvel."

Cartilha

Para melhor orientar os consumidores nestes tipos de operação, a CGJ está elaborando uma cartilha onde constarão todas as informações sobre as operações que envolvem os cartórios. "A Corregedoria é o órgão do acompanhamento, orientação, fiscalização e eventuais punições. O trabalho dos juízes corregedores tem que encontrar apoio na tecnologia e eficiência dos serviços", pontua o corregedor geral da Justiça do TJPE, Eduardo Paurá Peres. A publicação deve começar a circular ainda este ano. Mas o órgão ainda estuda se a veiculação será impressa ou apenas no meio virtual.

Com uma linguagem simples, a edição contará com capítulos que abordarão informações como, por exemplo, registro civil, regularização fundiária, cartórios de notas, de imóveis, e de protesto



TERESA MAIA/DF/DA PRESS - 27/06/14



Peres defende apoio na tecnologia e eficiência dos serviços

+ saibamais

Documentos necessários para compra e venda de imóveis

- Requerer averbação de Sequencial da Inscrição Imobiliária apresentando documento da prefeitura com tal dado
- Guia do recolhimento, em seu formato original, do ITBI e sua respectiva certidão de quitação
- Escritura pública, em papel de segurança, atendendo aos requisitos estabelecidos no Código de Normas
- No caso de imóveis sob regime de terreno de marinha ou aforamento, devem ser apresentados guia ou recibo de recolhimento de laudêmio e da certidão de autorização de transferência do aforamento ou ocupação (CAT) em original ou cópia autenticada
- Certidões de Feitos Ajuizados ou Declaração de Dispensa das Certidões Feitas Ajuizadas, assinada pelos compradores com firma reconhecida
- Certidão Negativa Imobiliária (IPTU)
- Declaração de Quitação Condominial com o reconhecimento de firma da assinatura, juntamente com a cópia autenticada da ata que elegeu o síndico (se tratar de um apartamento)
- Cópias autenticadas do RG, CPF, Certidões de casamento atualizadas (com a assinatura do oficial reconhecida), do comprovante de residência dos vendedores e compradores e, se houver, Certidão original da Escritura Pública do Pacto Antenupcial
- CND/INSS e Certidões dos Tributos Federais (se tratar de venda por construtora, empresa pessoa jurídica em geral).

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Assunto: Uma mancha que não se apaga	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: ESPORTES	Seção/Repórter:
Página: 2	Data: 26/07/2014

jornal do  commercio

Uma mancha que não se apaga

VASO Após 85 dias do crime que cometeram, três membros da Inferno Coral estão presos no Cotel, enquanto família da vítima segue em silêncio

Leonardo Vasconcelos
lsvasconcelos@jic.com.br

Hoje a torcida tricolor se reencontra com o Santa Cruz no Arruda. A ausência da massa coral dos jogos foi uma punição à morte do torcedor Paulo Ricardo Gomes, de 26 anos, atingido por um vaso sanitário no dia 2 de maio deste ano. Oitenta e cinco dias depois, os três culpados pelo crime estão no Cotel, enquanto a família da vítima ainda tenta superar a perda. Além disso, quatro líderes da torcida Jovem do Sport permanecem foragidos e a Justiça ainda não concluiu o processo iniciado em 2012, que pede a extinção das organizadas.

Esses 85 dias decorridos do crime mostram o quão o tempo é mesmo relativo. Passa diferente. Depende de quem tira ou tem a vida roubada, de quem fere a lei ou deve fazê-la cumprir. Quatro referenciais distintos para o mesmo período e sensações diferentes de ódio, lástima, impunidade e lentidão.

Naquele 2 de maio, após a partida entre Santa Cruz e Paraná, pela Série B do Brasileiro, os integrantes da Inferno Coral, Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Everton Filipe Santana, 23, jogaram um vaso sanitário do anel superior do Arruda e mataram o "rival" da Jovem, que estava apoiando os paranistas. Na semana seguinte foram presos e depois indiciados pela polícia. Atualmente, o processo está na 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. Somente depois da realização de audiências, o juiz vai decidir se eles vão à júri popular ou se o caso vai ser arquivado.

Desde a prisão até hoje, o trio se encontra detido no Cotel, em Abreu e Lima. De início ficaram isolados sob pretexto de terem recebido ameaças. Porém, semanas depois foram transferidos para o pavilhão dos concessionários. "Estão trabalhando como servente de pedreiro e a cada três dias de trabalho um é reduzido da pena. Em nenhum momento houve qualquer incidente ou foram hostilizados", contou o gerente do Cotel João Fernandes. Enquanto isso, os parentes de Paulo Ricardo seguem de luto e em silêncio.

OUTRO CASO

Os quatro integrantes da cúpula da Torcida Jovem acusados de brigar com membros da Fanático na Boa Vista, no dia 20 de agosto de 2013, são procurados pela polícia desde o dia 23 de maio deste ano. O presidente da organizada, Mário de Azevedo Santos, 35 anos, o vice-presidente, Henrique Marques Ferreira, 28, o diretor Lázaro Rodrigues dos Santos, 28, e um dos fundadores, Josué Joaquim do Nascimento, 37, permanecem foragidos. "Não temos notícias de onde eles estão", se limita a dizer o advogado da Jovem, Maury Dantas. Dois integrantes da Fanático estão presos. Já o processo que pode extinguir as organizadas segue na 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital. O juiz titular da vara, Edvaldo José Palmeira, decidiu em caráter liminar, no dia 18 de março deste ano, proibir o acesso das organizadas aos estádios. Atualmente, o processo está na fase de provas do MPPE.

⬇ Cronologia:

Caso vaso sanitário



Paulo Ricardo Gomes morre ao ser atingido por um vaso sanitário arremessado do anel superior do Arruda

2/5/2014



Everton Filipe Santana, primeiro acusado pelo crime, é preso

5/5/2014



Luiz Cabral é preso pela manhã e Waldir Pessoa Firmo Júnior se entrega à tarde no DHPP

8/5/2014



Polícia realiza a reconstituição do crime no Arruda com a participação de dois dos acusados

12/5/2014

16/5/2014

Polícia Civil conclui inquérito e o entrega ao MPPE indiciando o trio pelo assassinato de Paulo

23/5/2014

MPPE oferece denúncia ao Tribunal de Justiça de Pernambuco contra o trio

2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, que intimou e recebeu as defesas dos acusados, encaminha-as ao MPPE

18/7/2014

??/??/??

Após o posicionamento do MPPE, vão ser marcadas audiências e só depois o juiz vai decidir por júri popular ou arquivamento do caso

⊙ Caso briga Boa Vista

Em agosto de 2013, integrantes da Jovem e da Fanático promoveram briga na esquina da Conde da Boa Vista com a Rua da União, na Boa Vista. Em maio deste ano, mandados de prisão foram expedidos pela 12ª Vara Criminal do Recife. Dois integrantes alvirubros foram presos e desde então quatro rubro-negros estão sendo procurados pela polícia. Eles respondem por dano ao patrimônio público, formação de quadrilha e provocação de tumulto e podem pegar até 10 anos de prisão.

⊙ Processo torcida organizada

Em setembro de 2012, o promotor Ricardo Coelho pediu a extinção definitiva das três organizadas. Em março deste ano, o promotor José Bispo pediu a proibição da entrada delas em estádios pelo por um ano. No dia 18 daquele mês, o juiz titular da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Edvaldo José Palmeira, decidiu em caráter liminar proibir o acesso. Hoje, o processo está na fase de provas do MPPE. Depois da ouvida das partes, o juiz vai decidir pela extinção das organizadas, suspensão por um ano ou julgá-las inocente.

“Extinção não resolve”

Está nas mãos do juiz titular da 5ª Vara da Fazenda Pública, Edvaldo José Palmeira, o futuro das organizadas. Mas a decisão pode não surtir efeito.



Renato Spencer/Acervo JC Imagem

JC - O que aconteceu depois da decisão liminar?

EDVALDO PALMEIRA - Eu dei a decisão, no outro dia eles estavam entrando sem as roupas das organizadas. E não foi nesse sentido. O objetivo era: se é de organizada, não entra. Mas se lá na ponta não tem como efetivar essa medida já não é questão do Judiciário. E até seria, se o MPPE tivesse pedido algo nesse sentido.

JC - Se no final do processo o senhor decidir pela suspensão por um ano?

EDVALDO - Já passa a contar esse tempo que elas estão

afastadas desde a decisão liminar. Ou seja, 18 de março de 2015 eles poderiam voltar aos estádios sem nada ter mudado.

JC - E se optar por extingui-las?

EDVALDO - Se eu optar pela extinção, elas não vão mais existir enquanto pessoa jurídica, não vão poder mais se chamar Torcida Jovem, por exemplo, mas vão poder formar outra. E o que é que mudou? Nada! A extinção também não resolve.

JC - E o que resolve?

EDVALDO - O que resolve

é os clubes e federações fazerem as partes deles e criar mecanismos de identificar quem está destoando ali e tirá-los de lá. É possível ter um controle digital de acesso ao estádio, e aí qualquer penalidade pode ser cumprida efetivamente, sem precisar penalizar a torcida. Eu acho que esse controle poderia acabar com as badernas. E isso tem que partir dos clubes e das federações. Como é que a federação permite uma partida de futebol contra a lei? Se o clube não está cumprindo a lei (de ter um cadastro eficiente das torcidas organizadas) como é que se permite o jogo ali?

Assunto: Uma disputa sem trégua	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: EM FOCO	Seção/Repórter:
Página: A3	Data: 26/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Uma disputa sem trégua

Briga pela posse da terra, em Moreno, fez "inimigos" de outrora, o Cotonifício e a prefeitura, se unirem contra um problema comum - o MST

LUCE PEREIRA (TEXTO)
lucpereira.pe@dab.com.br

Enquanto o distrito industrial de Moreno floresce, os problemas se avolumam no segmento que é o seu verdadeiro calcanhar de Aquiles: a questão da terra. Mas nem sempre prefeitura e o Cotonifício do município estiveram em lados opostos enfrentando brigas judiciais pela posse do território urbano, grande parte de propriedade da fábrica. Em tempos recentes, saíram do antagonismo, viraram "inimigos" de outrora, para enfrentar um problema comum - o MST.

Pelas contas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, são três mil famílias a ocupar 14 terrenos do Cotonifício Moreno e ainda um de propriedade do poder público, que se arma com o argumento de que os novos inquilinos, para se instalar, destruíram área de preservação permanente, o que se configura como crime ambiental, cuja responsabilidade ainda não foi formalmente cobrada pelo Ministério Público de Pernambuco.

Tão próximo está do centro urbano o acampamento dos trabalhadores, que o município teve "engessado" projeto de ampliação do cemitério. Mas, sob nenhum argumento a direção do MST recua no propósito de continuar ocupando os terrenos, recado transmitido, ontem, com uma passeata cujo endereço era a sede do governo municipal e o Fórum, porque, em maio, o Tribunal de Justiça de Pernambuco deu aos donos o direito de retomar a posse de seis dos terrenos ocupados. O movimento vai resistir, se houver tentativa de cumprimento, segunda-feira, do mandado de reintegração, embora tenha discutido o prazo com órgãos do governo, em recente reunião.

O impasse em Moreno des-

perta para uma dificuldade comum a prefeituras do interior e RMBR. Não possuem bancos de dados com indicadores do município, o que fica claro na falta de resposta de secretários a perguntas simples como o tamanho do déficit de moradias. Neste caso, em que Moreno se inclui, dados são imprescindíveis para que prefeituras possam construir sua política habitacional, algo possível somente a partir de cadastramentos, levantamentos e planejamento. Sem este tipo de controle, não resta dúvida de que quando respondem à

imprensa sobre providências e apontam supostas saídas, secretários e gestores estão apenas querendo se ver livres de quem indaga.

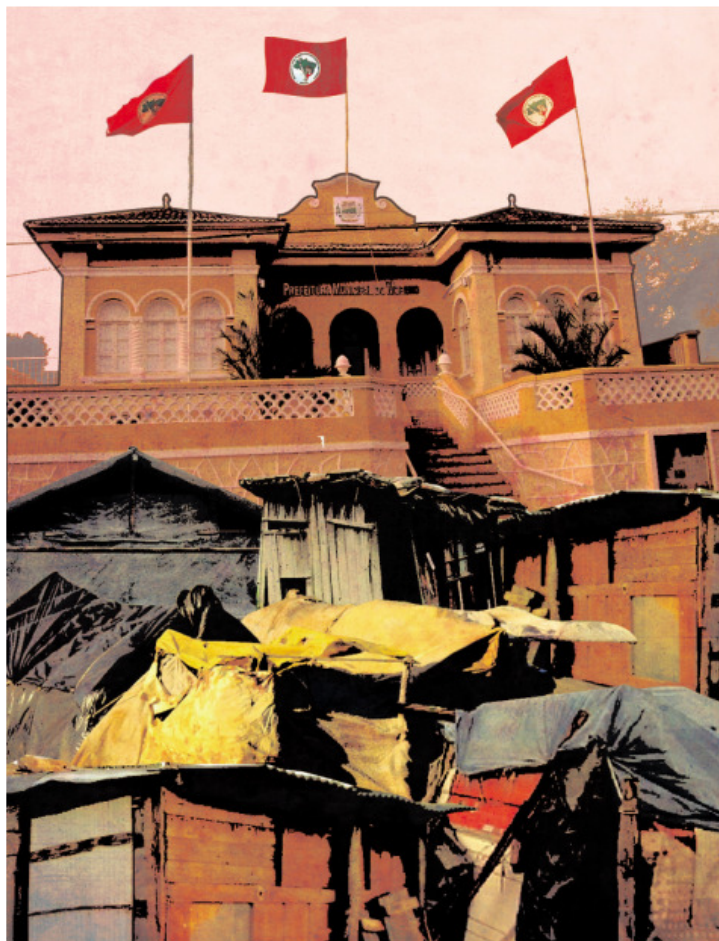
Também está claro que questões como moradia popular, alvo da ocupação dos trabalhadores, são enfrentadas à base de improviso e ao sabor das circunstâncias, o que prolonga impasses, acentua conflitos e retarda as chances de desenvolvimento do município. Em se tratando de Moreno tanto pior, pois a tese de que o cofre é magro e as necessidades, gigantes, encontra de-

fensores até no Ministério Público. Ou seja, a prefeitura não teria recursos para comprar os terrenos ocupados.

Diante da suposta magreza de recursos e da falta de planejamento para oferecer alternativa que alivie o déficit habitacional, não se esperava nada mais do diretor de comunicação da Prefeitura de Moreno, Leonardo Rodrigo Araújo, (um dos donos do Cotonifício), do que respostas evasivas. Sem dar detalhes ou prazos, limitou-se a dizer que media, junto a proprietários de terrenos, negociações para

contratos com o programa Minha Casa Minha Vida, quando então seria possível a construção de casas populares.

É. Uma vez diante de um repórter, salva-se da saia justa quem, no poder público, consegue cravar uma desculpa em forma de promessa, mesmo dando a impressão de que não acredita em uma só palavra do que está dizendo. E com práticas assim se perpetua um modelo que sempre empurra para a frente a possibilidade de frutos há muito colhidos por quem leva muito a sério a gestão pública.



Assunto: Invasões mudam rotina de Moreno	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:
Página: A4	Data: 26/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Invasões mudam rotina de Moreno

MST ocupou 14 terrenos, incluindo área de expansão de cemitério. Ontem, invadiram a prefeitura e protestaram em frente ao Fórum

Centenas de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram ontem a Prefeitura de Moreno e protestaram em frente ao Fórum para reivindicar casas populares. Os manifestantes fazem parte de um grupo com cerca de três mil famílias que há três meses ocupam 14 terrenos da antiga fábrica de tecidos Cotonifício de Moreno S/A e do município, em oito bairros. Os sem-terra deixaram a prefeitura pacificamente. Não houve confronto.

Das 14 áreas tomadas pelo MST, apenas uma está no campo. Os outros 13 acampamentos foram erguidos em zona urbana, incluindo um terreno próximo ao Centro, destinado à expansão do cemitério. O Tribunal de Justiça já concedeu a reintegração de posse de seis propriedades e a ordem poderá ser executada nos próximos dias. O movimento tem até segunda-feira para deixar essas áreas, mas promete resistir.

"Se houver reintegração, vamos enfrentar", disse o líder do grupo, José Severino da Silva Filho, 30. "Queremos que os acampamentos sirvam de base para projetos de habitação", acrescentou. A movimentação inquieta os moradores. Alguns atribuem a eles o aumento da criminalidade. Outros apoiam a ocupação das áreas abandonadas, mas criticam a forma como ela foi feita, em alguns casos com a destruição de áreas verdes para construção de barracos.

O comando do 6º Batalhão da PM informou que houve aumento nos crimes no período das invasões. Segundo a polícia, 73 assaltos, roubos e furtos e sete homicídios e latrocínios foram registrados em Moreno de abril a junho. No mesmo período de 2013, houve 58 crimes contra o patrimônio e sete mortes. A polícia diz que não pode responsabilizar exclusivamente os

sem-terra. Outros fatores, como a greve da PM, podem ter influenciado.

Por precaução, moradores próximos de acampamentos mudaram a rotina. Jardelina Silva, 52, contratou, com os vizinhos, os serviços de uma empresa de segurança para realizar rondas noturnas. Ela passou a se recolher mais cedo. Segundo o MST, 90% dos acampados foram recrutados na própria cidade. Maria Gorete, 48, participou da ocupação no bairro Olaria. Natural do Rio Grande Norte, ela vive há 28 anos em Moreno. Morava de aluguel e agora está em uma invasão. "Quando vi que podia sair do aluguel, decidi participar."

A prefeitura cadastrou 880 famílias nos acampamentos, mas diz que não tem recursos para atender as reivindicações. O problema está ligado à dificuldade de o município se expandir. Segundo o promotor Leonardo Caribé, boa parte do território de Moreno pertence ao cotonifício e outra está em área ambiental. O diretor de comunicação da prefeitura, Leonardo Rodrigo Araújo, que também é um dos donos do cotonifício, diz que o déficit de habitação é de 1,5 mil casas. "As Áreas de Preservação Permanente têm 52 mil m² e os mananciais são 47% do território". O diretor não informou a área do cotonifício.

Desmatamentos serão discutidos



Líder diz que terras devastadas serão replantadas

Uma audiência pública no Fórum de Moreno está marcada para a primeira semana de setembro para discutir a devastação ambiental causada por algumas ocupações do MST. O encontro é resultado de uma ação instaurada pelo promotor Leonardo Caribé para apurar a derrubada e a queimada de árvores na área conhecida como "terra dos eucaliptos". As florestas foram plantadas pelo antigo cotonifício para abastecer as caldeiras da fábrica e acabaram se integrando à paisagem da cidade.

"Algumas áreas foram devastadas pelas ocupações. Levarão décadas para que

sejam recuperadas", informou o secretário de Cidade e Meio Ambiente, Murilo Marinho. A Agência Pernambucana do Meio Ambiente e a Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente foram acionados, disse.

Segundo o promotor, participarão da audiência os órgãos ambientais, estado, município, cotonifício e MST. O objetivo é encontrar soluções para o desmatamento. O líder sem-terra José Severino da Silva Filho informou que as áreas devastadas serão repostas. "Cada pessoa do movimento irá plantar uma muda com vegetação nativa".

LEO CALDAS/OP10.A PRESS



Cotonifício foi fundado em 1907 por grupo de belgas

Fábrica fez a cidade crescer

Criada em 1907 por um grupo de empreendedores belgas, a fábrica de tecidos Cotonifício Moreno foi responsável pelo crescimento da cidade. Em 1970 foi vendida à família recifense Victor Araújo e fechou as portas em 2001.

O patrimônio da empresa, composto por imóveis e

terras, está atualmente sob o comando de cinco herdeiros. Leonardo Araújo é o diretor da empresa que continua administrando o patrimônio da antiga fábrica. Ele diz não saber quantificar as propriedades que formam o patrimônio.

Emancipado de Jaboatão dos Guararapes em 11 de se-

tembro de 1928, o município de Moreno abrigou 39 engenhos, alguns deles ainda em atividade.

O município possui uma área de 192 km². A agropecuária é a principal atividade econômica de Moreno, com destaque para as culturas de cana-de-açúcar, banana e coco.

Assunto: Credores da Suape Têxtil vão receber	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: ECONOMIA	Seção/Repórter:
Página: B10	Data: 26/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Credores da Suape Têxtil vão receber

Cerca de 1,7 mil trabalhadores serão beneficiados com R\$ 5 milhões. Outros R\$ 6 milhões serão divididos entre antigos fornecedores

ROSA FALCÃO
rosafalcao.pe@dabr.com.br

Mais um grupo de credores da falida fábrica de tecidos Suape Têxtil SA poderá se habilitar para receber créditos no valor total de R\$ 11 milhões. O juiz da Segunda Vara Cível do Cabo de Santo Agostinho, Rafael José de Menezes, expediu ontem o alvará para abertura individualizada de conta judicial em favor desses credores. Serão beneficiados 1.700 trabalhadores, que receberão R\$ 5 milhões. O restante dos créditos - no valor de R\$ 6 milhões - serão destinados à quitação de débitos com fornecedores que apostaram na recuperação judicial da empresa e ficaram no prejuízo.

O processo de execução das dívidas da Suape Têxtil se arrasta desde março de 2011, quando foi decretada a falência da empresa. De acordo com o juiz Rafael José de Menezes, os recursos para o pagamento dos credores foram obtidos após o leilão de um terreno na PE-60, além da ven-



SIMONE VENTURA/ESP. DP/DA PRESS - 03/01/06

Processo se arrasta desde março de 2011, quando a empresa teve a falência decretada

da de máquinas e mobiliário da fábrica. O dinheiro está depositado numa conta judicial na Caixa Econômica Federal. Segundo ele, pela primeira vez os credores extraconcurrais (fornecedores) que acreditaram na empresa e fizeram esforço para evitar a falência vão receber os créditos.

A dívida estimada da empresa com os credores totalizava R\$ 150 milhões quando foi decretada a falência. Na época, os débitos trabalhistas somavam R\$ 1,7 milhão. Segundo Rafael José de Menezes, "é gratificante para o Poder Judiciário viabilizar o pagamento dos credores da Su-

ape Têxtil, porque nem sempre as pessoas prejudicadas conseguem recuperar os créditos após a falência".

Pelo procedimento da Justiça, é preciso que o cartório do Cabo de Santo Agostinho faça a expedição dos alvarás para o banco executar os pagamentos aos credores. No processo consta a lista dos credores a serem contemplados. O próximo passo é o lançamento do edital de leilão de dois imóveis da empresa localizados em São Paulo. O dinheiro apurado no leilão será destinado ao pagamento dos débitos com os bancos e das dívidas tributárias.

“

Nem sempre as pessoas prejudicadas conseguem recuperar os créditos após a decretação da falência”

Rafael José de Menezes,
juiz

Assunto: Alunos do Recife de volta às aulas	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA
Página: 2	Data: 26/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Professores da rede municipal de ensino voltaram ao trabalho, mas têm reunião na prefeitura marcada para segunda-feira

Os professores da rede municipal do Recife voltaram às salas ontem, após nove dias de greve. Na segunda-feira, a categoria se reunirá com a prefeitura para discutir as reivindicações. As 323 unidades da rede funcionaram normalmente.

Ao todo, 421 grevistas tiveram o ponto cortado. O sindicato da categoria vai pedir que o desconto não seja realizado. "A assessoria jurídica já está acionada. Caso não haja devolução do desconto, vamos pedir mandado de segurança", informou a instituição, por nota. Na reunião, a categoria também vai pedir a garantia da progressão por tempo de serviço no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, o pagamento integral da aula-atividade e a liberação da multa diária de R\$ 100 mil estipulada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, que



Apenas 60% dos alunos foram para a Escola Emídio Dantas Barreto ontem

Alunos do Recife de volta às aulas

considerou a greve ilegal.

O número de alunos nas unidades foi baixo ontem. Segundo Renata Buarque, assistente de direção da Escola Municipal Emídio Dantas Barreto, em Santo Amaro, cerca de 60% dos estudantes foram à escola ontem. "Apoio a greve,

mas prejudica os alunos", opinou a dona de casa Patrícia de Oliveira, 27 anos, mãe de aluno.

Cerca de 90 mil estudantes frequentam a rede municipal, que tem seis mil docentes em escolas, creches e creches-escolas. A greve foi de-

flagrada 20 dias depois do início do segundo semestre letivo. Por conta dos jogos da Copa, as férias do meio de ano da rede municipal de ensino aconteceram entre os dias 12 e 27 de junho. De acordo com o Simpere, cerca de 75% dos professores aderiram à greve.

Assunto: Galego reuniu o juiz de Escada, Cláudio Américo	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA
Página: 2	Data: 26/07/2014



GALEGO REUNIU

O juiz de Escada, Cláudio Américo de Miranda, comemorou seu aniversário e congregou muitos nomes do mundo jurídico, quinta, no Tapa de Cuadril. Entre os nomes anotados, Ricardo Paes Barreto, Gustavo Paes, Demócrito Ramos Reynaldo, Júlio Oliveira, Ricardo Guthman... Noite das mais agradáveis que reuniu velhos e grandes amigos.

Assunto: INVESTIGAÇÃO – Inquérito do Caso Artur é concluído	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 26/07/2014



▶ INVESTIGAÇÃO

Inquérito do caso Artur é concluído

O delegado da 2ª Divisão de Homicídios de Jaboatão dos Guararapes, Guilherme Caracciolo, concluiu, ontem, o inquérito sobre o assassinato do cirurgião-torácico Artur Eugênio de Azevedo. O policial civil revelou que o documento será remetido ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) nos próximos dias. Caracciolo não deu detalhes do fim de investigação, mas adiantou que uma coletiva de imprensa será convocada na próxima semana. Ainda conforme o delegado, após receber o inquérito, o Ministério Público decidirá se aceita ou não denúncia. Caso aceite, o documento será enviado à Justiça.

O médico Artur Eugênio foi encontrado morto no dia 12 de maio deste ano, às margens da BR-101 Sul. A investigação apontou um colega de profissão como o princi-

pal suspeito do crime. O também cirurgião torácico Cláudio Amaro Gomes e o filho dele, o bacharel em Direito Cláudio Amaro Júnior, teriam envolvimento direto no homicídio: o pai como suposto mandante e o filho como executor. Ambos já estão presos no Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, à disposição da Justiça.

Além deles, a Polícia Civil também prendeu Lyferson Barboza da Silva, de 26 anos, que teria participação na execução do médico. Outro suspeito do crime ainda está em liberdade. Para chegar a Flávio Braz de Souza, 32, o Disque-denúncia do Estado aumentou a recompensa, na última quarta-feira, para R\$ 20 mil. As informações sobre o paradeiro dele podem ser repassadas pelo telefone (81) 3421.9595. A identidade do denunciante será mantida em sigilo.

Assunto: Homem é baleado perto do Fórum Thomaz de Aquino, no Recife	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 28/07/2014
Editoria:	Seção:



Homem é baleado perto do Fórum Thomaz de Aquino, no Recife

Ele levou um tiro no abdômen e foi socorrido pelo Samu. Não há informações sobre estado de saúde da vítima.

Um homem foi baleado no abdômen próximo ao Fórum Thomaz de Aquino, na área central do Recife, na manhã desta sexta (25). Segundo testemunhas que estavam no local, ele trabalhava como flanelinha na região. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) prestou socorro e ele foi levado para o Hospital da Restauração (HR), segundo a Secretaria de Saúde do Recife.

O Corpo de Bombeiros foi acionado por volta das 8h30, mas quando a equipe chegou na avenida Martins de Barros, no bairro de Santo Antonio, onde fica o Fórum, o homem já tinha sido socorrido pelo Samu. Não há informações sobre quem teria atirado contra a vítima, nem sobre o estado de saúde dela.